

PLANO DE CONTINGÊNCIA

Uma proposta para o município de Camboriú

Georgia Pacheco Lara¹; Luana Prates da Cunha Herrmann²; Wisla Maqueli da Silva de Senna³; Cleonice Maria Beppler⁴; Leandro Mondini⁵

RESUMO

Plano de contingência trata-se de um documento técnico da defesa civil, cujo objetivo puro e simples é o de gerenciamento de crises geradas por eventos adversos de maneira eficiente e eficaz, otimizando recursos e com o menor custo para sociedade, seja em perda de patrimônio, perda de vidas ou em prejuízos ao erário.

Este projeto teve como intuito principal capacitar o estudante na elaboração de um plano de contingência, tratando de um exemplo real, servindo como estudo de caso e totalmente aplicável a situação atual do município em questão.

Palavras-chave: Defesa civil. Evento adverso. Plano de contingência.

INTRODUÇÃO

O plano de contingência é um conjunto de ações alternativas que possuem caráter preventivo para a proteção. Ele é utilizado sempre que acontece algum evento que possa modificar a rotina das atividades de uma cidade. Deste modo, caso ocorra algo que fuja da normalidade, a segurança da população não será comprometida e a comunidade e poder público estarão preparados para dar uma pronta resposta adequada e eficaz.

Determina ações que devem ser realizadas durante adversidades que possam atrapalhar o funcionamento e a normalidade de uma cidade. O plano de contingência deve ser de pleno conhecimento da administração da cidade (prefeitura) e cidadãos que nela residem. Além disso, é importante a realização de treinamentos que orientem a todos os envolvidos sobre as ações que deverão ser implementadas.

O plano de contingência visa mobilizar recursos humanos e logísticos para fazer frente a um evento adverso, é portanto, um documento desenvolvido com o

¹ Estudante do Curso Técnico em Defesa Civil, IFC Campus Camboriú, litoralmensagens@bol.com.br

² Estudante do Curso Técnico em Defesa Civil, IFC Campus Camboriú, luana_herrmann@hotmail.com

³ Estudante do Curso Técnico em Defesa Civil, IFC Campus Camboriú, WISLALOVATO@gmail.com

⁴ Especialista em Gestão de Desastres, IFC Campus Camboriú, celonice.beppler@ifc.edu.br

⁵ Especialista em Gestão de Desastres, IFC Campus Camboriú, leandro.mondini@ifc.edu.br

intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais.

Esse Plano de Contingência para o Município de Camboriú, tem como finalidade estabelecer os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres: Inundações, Enxurradas e Alagamentos; Granizo; Colapso de edificações; Movimento de massa - Quedas, Tombamentos e rolamentos; Movimento de massa – Deslizamentos; Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas; Incêndio Florestal; Incêndios Urbanos - Incêndios em aglomerados residenciais; Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos; Desastres relacionados a transporte de passageiros e cargas não perigosas - Transporte rodoviário; Epidemias; Recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes.

O Plano Municipal de Contingência – PLAMCON - para desastres naturais e tecnológicos do município de Camboriú foi desenvolvido a partir da análise das avaliações e mapeamentos de risco efetuados e dos cenários de risco identificados como prováveis e relevantes caracterizados como hipóteses de desastres.

Apresenta também Cenários de riscos, resumos históricos de cada evento adverso, seus fatores contribuintes, evolução e possibilidade de monitoramento e alerta, resultados esperados e componentes críticos.

Através de fases pré-estabelecidas se pode organizar as ações de cada Secretaria envolvida, tanto na fase de pré-evento, durante o evento e no pós evento.

Como em todo Plano de Contingência, precisa-se determinar os Critérios para Ativação, como por exemplo a evolução de informações monitoradas, ocorrência de evento ou dimensão de impacto, fica determinado também quem será a autoridade responsável por ativar tal Plano, qual é o seu procedimento, e como e quando desmobilizá-lo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Através de pesquisa em sites da internet e bibliografias consagradas na área, bem como comunicação (entrevista) com agentes responsáveis por órgãos e secretarias municipais (defesa civil), foi possível levantar as informações sobre quais os recursos disponíveis, rotas de fuga possíveis para as comunidades, mapeamento de área de risco, informações geológicas/geotécnicas, áreas de suscetibilidade e vulnerabilidade, abrigos, dentre outras no plano apresentadas.

Este trabalho foi realizado por toda a turma do curso Técnico em Defesa Civil (TDC18), na qual o total de 11 alunos trabalharam em prol da pesquisa e desenvolvimento do Plano de Contingência.

Cada estudante foi responsável por um Cenário de Risco e uma Secretaria, onde foram determinadas atribuições específicas (quais seriam as ações de cada secretaria no evento adverso).

Foram então realizados alguns encontros para troca de informações e ideias, e em conjunto levantadas todas as informações relevantes que seriam necessárias e estarem contidas em um Plano de Contingência padrão.

Este plano foi desenvolvido como atividade prática para a disciplina Gestão de Desastres, orientada durante as aulas, com o suporte também da professora responsável pela disciplina de Segurança do Trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa realizada os estudantes tiveram muita dificuldade em obter informações das entidades/agências que apoiam a defesa civil, assim como da municipalidade, primeiro pela falta de uma sistematização, segundo por uma espécie de dúvida sobre a aplicação dos resultados.

Foi também verificada a inconsistência de muitas das informações obtidas inicialmente, afinal, algumas agências passaram informações divergentes quanto as quantidades de recursos disponíveis e sobre sua capacidade de atuação.

Quanto as bibliografias utilizadas, muito do que nesta pesquisa foi aproveitado trata-se de apostilas e materiais não publicados, ainda que a base como um todo tenha sido a Lei 12.608 que institui a política nacional de defesa civil. A disciplina ainda é muito jovem para uma bibliografia consolidada, mas alguns estudos

(ainda que incipientes) tem sido realizado e estes serviram também como base para este trabalho.

Verificou-se que na prática, as defesas civis municipais, a de Camboriú especificamente, não tem ainda um plano de contingência que atenda todos os critérios necessários a um plano, servindo um pouco mais como um protocolo de intenções futuras, prevendo muitas vezes a implantação de sistemas e recursos, mas não estabelecendo critérios, nem de como fazer, nem de quando fazer e nem de quem fará.

CONCLUSÕES

Através do trabalho desenvolvido foi possível desenvolver programas e projetos a serem implementados, voltados à prevenção de desastres e de preparação para emergências e desastres;

Estabelecer metodologia para difundir a doutrina de Defesa Civil no âmbito do sistema municipal de defesa civil, inclusive com a elaboração de manuais técnicos e educativos;

Promover a implementação de projetos relacionados com o desenvolvimento de recursos humanos, Institucional, científico e tecnológico, mudança cultural, motivação e articulação empresarial, informação e estudos epidemiológicos sobre desastres e de monitoramento, alerta e alarme;

Estabelecer medidas preventivas (obras de infraestrutura; medidas não estruturais e medidas estruturais de estabilização de encostas) como propostas para mitigação e redução de impactos;

Planejar um sistema de monitoramento e alerta para as comunidades mais vulneráveis e suscetíveis;

Possibilitou planejar a criação de um sistema que Atividades de aquisição, controle, estoque e logística de distribuição, dos produtos e serviços necessários para suprir a população e seus abrigos com água potável, provisão de alimentos, suprimento de roupas, agasalhos e calçados, suprimento de material de limpeza e de higienização, apoio à preparação e conservação de alimentos, administração de abrigos, apoio às equipes empenhadas nas operações;

Propor ainda uma sistematização para a triagem socioeconômica e cadastramento das famílias afetadas, entrevistas com famílias e pessoas assistidas, desenvolver ações para reforçar a coesão familiar e comunitária, atividades de comunicação social, ações de mobilização das comunidades, liderança de mutirões principalmente de limpeza;

Após o planejamento de tais medidas Resultados positivos na prevenção, planejamento, coordenação, execução da operação e na recuperação do cenário atingido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 12.608 – Polícia Nacional de Defesa Civil. Brasília, 2012.

BRASIL. Módulo de formação: reconstrução: gestão de recursos federais em proteção e defesa civil para reconstrução: livro base. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017;

Sphere Project. Carta Humanitária e Normas Mínimas de Resposta Humanitária em Situação de Desastre. Oxfam, 2000.

OLIVEIRA, Marcos de. Brasil. Sistema de Comando em Operações - Guia de Campo. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, Florianópolis: 2010.

CEPDC/SP. Redução de risco de desastres: uma construção de resiliência local / São Paulo: 2016.

TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela do. Desastres naturais: conhecer para prevenir – São Paulo: Instituto Geológico, 2009.